

**ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS CRISES SOCIAIS E ECONÔMICAS
PROVOCADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19**

**POLITICAL ADMINISTRATION OF CONTEMPORARY CAPITALISM: CHALLENGES
TO TACKLE THE SOCIAL AND ECONOMIC CRISES CAUSED BY THE COVID-19
PANDEMIC**

**ADMINISTRACIÓN POLÍTICA DEL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO: DESAFÍOS PARA
ENFRENTAR LAS CRISIS SOCIALES Y ECONÓMICAS PROVOCADAS POR LA PANDEMIA DEL
COVID-19**

Mônica Matos Ribeiro, Dra.

Universidade do Estado da Bahia/Brazil
monica.matos@yahoo.com.br

Reginaldo Souza Santos, Dr.

Universidade Federal da Bahia/Brazil
rsouza@ufba.br

Elizabeth Matos Ribeiro, Dra.

Universidade Federal da Bahia/Brazil
ematos@ufba.br

RESUMO

Este artigo busca ampliar a discussão sobre os diagnósticos e prognósticos assumidos para a superação da crise sistêmica do capitalismo contemporâneo refletindo sobre as influências das medidas adotadas, desde os anos de 1970, que redefiniram os padrões de gestão do capitalismo, até as repercussões nos dias atuais, considerando os desafios impostos pela Pandemia da Covid-19. Tomando como base teórico-metodológica os estudos desenvolvidos pelo campo da administração política, que defende o papel central que o campo de conhecimento e de práticas administrativas assume nessa discussão, propõe uma reinterpretação dos pressupostos defendidos pelas correntes neoliberais. Essas reflexões permitiram concluir que o padrão de administração política que emerge naquele contexto, caracterizado pela forte descentralização das ações do Estado e a consequente ampliação dos interesses do mercado financeiro, tem impossibilitado ao poder público preservar seu papel histórico como garantidor/financiador da recuperação econômica em momentos de crise. Esse processo de desestruturação produtiva das relações sociais de produção, circulação e distribuição tem se revelado ainda mais perverso nos encaminhamentos das soluções para a superação da crise social provocada pela Covid-19.

Palavras-chave: Administração Política; Crises do Capitalismo; Pandemia da Covid-19.

ABSTRACT

This article intends to expand the discussion about the diagnoses and prognoses assumed to overcome the systemic crisis of contemporary capitalism, reflecting on the influences of the measures adopted, since the 1970s, that redefined the standards of capitalism management, until the repercussions in this days considering the challenges and perspectives imposed by Covid-19 Pandemic. Taking as a theoretical and methodological basis the studies developed by the field of political administration, that defends the central role that the field of knowledge and administrative practices assumes in this discussion, proposes to reinterpret the assumptions defended by neoliberal currents. These reflections allowed us to conclude that the political administration that emerges in that context, characterized by the strong decentralization of State actions and the consequent expansion of the interests of the financial market, has prevented the public power to preserve its historical role as guarantor / financier of the economic recovery in moments of crisis, particularly in forwarding possible solutions to the crises caused by the Covid-19.

Keywords: Political Administration; Crisis of Capitalism; Covid-19 Pandemic.



RESUMEN

Este artículo busca ampliar la discusión sobre los diagnósticos y pronósticos asumidos para superar la crisis sistémica del capitalismo contemporáneo, reflexionando sobre las influencias de las medidas adoptadas desde la década de 1970, que redefinieron los estándares de gestión del capitalismo, hasta las repercusiones en los días, considerando los desafíos y perspectivas que impone la Pandemia de COVID-19. Tomando como base teórica y metodológica los estudios desarrollados por el campo de la administración política, defiende el papel central que el campo del conocimiento y las prácticas administrativas asume en esta discusión, proponiendo reinterpretar los supuestos defendidos por las corrientes neoliberales. Estas reflexiones permitieron concluir que el patrón de administración política que emerge en ese contexto, caracterizado por la fuerte descentralización de las acciones del Estado y la consecuente expansión de los intereses del mercado financiero, ha impedido que el poder público conserve su papel histórico como garante / financiador de la recuperación económica en tiempos de crisis, en particular al abordar posibles soluciones a las crisis causadas por la Covid-19.

Palabras clave: Administración Política; Crisis del Capitalismo; Pandemia de Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pela segunda Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), também conhecida como Covid-19, tem sido interpretada como uma crise com fortes rebatimentos nas atuais relações sociais. Esse cenário tem revelado limitações graves nas bases sociais que sustentam as inter-relações entre sociedade-Estado-mercado, desafiando a capacidade macrossocial e macroeconômica de dar respostas rápidas e efetivas aos novos e complexos desafios impostos pela crise sanitária. Nesse sentido, considera-se fundamental avançar em respostas teórico-metodológicas que contribuam para um entendimento adequado dos impactos socioeconômicos e éticos que a Pandemia tem produzido.

A compreensão dos limites, desafios e perspectivas revelados pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade frente às complexas e imprevisíveis demandas impostas no atual contexto, exige ampliar o horizonte interpretativo do padrão de gestão do capitalismo contemporâneo. Esse olhar mais acurado exige uma revisão do movimento de mudanças inaugurado a partir dos anos de 1970 que consolidou a retomada da doutrina liberal reconhecida como movimento revisionista do pensamento clássico sob a égide do neoliberalismo. Esse novo padrão de gestão imputou mudanças significativas no papel que passaria a ser desempenhado pela tríade sociedade-Estado-mercado. Tais transformações chamam a atenção pelo fato de o Estado ter perdido liderança na coordenação das relações sociais para o mercado. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar as implicações que essas alterações vão ocasionar na dinâmica e sustentabilidade das relações socioeconômicas, em âmbito global e nacional, nas últimas décadas, dando especial destaque para o cenário atual a partir dos impactos provocados pela Pandemia.

Analisando o atual contexto observa-se um consenso no sentido de identificar que qualquer solução para as crises sanitária e econômica passa, necessariamente, pelo fortalecimento da capacidade estatal para liderar a gestão dessa convulsão. Esse argumento implica considerar que o grande dilema a ser enfrentado hoje não se encontra em aprofundar o debate clássico da necessidade de 'mais ou menos Estado'. O problema está no reconhecimento da incapacidade de o poder público assumir esse papel nos moldes como ocorreu no período entre os anos de 1930 e 1970, visto que, a partir dos anos de 1980 se consolidou um movimento progressivo, e

que ainda está em curso, dirigido para promover uma redução drástica do Estado que perdeu, progressivamente, a capacidade de liderar as políticas de Estado¹.

Considerando essa breve contextualização, o objetivo deste artigo é analisar os fundamentos que reorientaram a administração política do capitalismo contemporâneo, a partir dos anos de 1970, que culminou com a redução do papel do Estado, de modo a identificar os impactos dessas mudanças na gestão pública para a superação dos desafios impostos pela Pandemia da Covid-19. Ao propor a análise da capacidade de gestão do capitalismo na atualidade, privilegiaram-se as análises da teoria da administração política com vistas a identificar as contribuições que esse campo de conhecimento pode trazer tanto para o aprofundamento da interpretação dessa nova e complexa realidade social como também apontar uma agenda propositiva de ações públicas lideradas pelo Estado.

Conforme será aprofundado na próxima seção, o conceito de administração política reflete uma perspectiva abrangente dos ‘saberes e práticas administrativas’ integrando, desse modo, os aspectos subjetivos (políticos), próprios da ‘gestão’ e os aspectos técnicos, próprios do gerenciamento. Nesse sentido, reinterpretar a dinâmica orientadora dos padrões da economia capitalista contemporânea, a partir da perspectiva da administração política implica reconhecer que os atuais fenômenos socioeconômicos envolvem interesses ampliados manifestos pela interpelação complexa entre sociedade-Estado-mercado². Em síntese, conforme destacado por Santos (2004) o conceito de administração política é definido como um dado padrão de gestão³ das relações sociais de produção, circulação e distribuição da riqueza e renda produzida socialmente.

Essa abordagem epistemológica e teórico-analítica ganha relevância por contribuir para ampliar as possibilidades de reinterpretação das variáveis causadoras da baixa dinâmica dos padrões de gestão do sistema socioeconômico vigente (em âmbito global e nacional). A partir dessa perspectiva, é possível reconhecer, inicialmente, que os limites da reprodução e expansão do capitalismo tem como causa original e fundante as sucessivas crises que se instauram, desde os anos 1970. Mas a responsabilidade integral por esse processo de convulsão socioeconômica foi transferida integralmente como uma responsabilidade exclusiva do Estado (intervencionista). Embora esses argumentos não se sustentem empiricamente, o discurso ideológico tem preservado os interesses hegemônicos do capital que foi agravada pela convulsão de 2008 e potencializada com o fenômeno social da Pandemia.

Considerando esse arcabouço teórico crítico, este artigo pretende trazer uma contribuição para ampliar e qualificar o debate sobre a relevância sócio-histórica do papel e funções do Estado na condução das relações sociais atuais. O que implica admitir que o poder público precisa retomar a liderança não apenas como garantidor dos processos de regulação social, mas preservar e dirigir os espaços de recuperação da economia de mercado e promover medidas que promovam processo efetivos de inclusão social. Essa agenda ganha relevância no atual cenário da Pandemia pelos problemas provocados em âmbito global e nacionais, com maior gravidade

¹ Alguns estudos (Revista de Administração Pública, Vol. 54, no. 4, 2020; Ciência Saúde Coletiva vol. 25, no.9, Rio de Janeiro, Set. 2020; entre outros) apontam evidências institucionais e empíricas que revelam as fragilidades e vulnerabilidades das capacidades estatais necessárias ao enfrentamento ou gestão da atual crise.

² Apesar da fundamental e inquestionável relevância da ‘sociedade’ para a concepção das bases onto-epistemológica e teórico-analítica na administração política, assentada na tríade ‘sociedade-Estado-mercado’, devido às limitações desse artigo foi enfatizada a abordagem das inter-relações entre o poder público e a economia mercantil.

³ Ao identificarem a gestão como objeto científico da administração, Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) asseveram que a administração como campo do conhecimento integra duas dimensões de análise indissociáveis: a dimensão política e a dimensão técnica ou profissional. Enquanto a primeira, expressa pela gestão, responde os aspectos mais abstratos dos fatos e atos administrativos, revelando uma dada concepção do modo de produção social e formas organizacionais; a segunda representa as formas como essa concepção teórica irá se materializar nas práticas sociais e organizacionais. A partir dessa compreensão utilizam-se os conceitos ‘padrão de administração’ e ‘padrão de gestão’ como reflexos de um mesmo movimento que reflete o campo e seu objeto científico.

nos países em desenvolvimento, especialmente nações como a brasileira que tem sido marcada historicamente pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Objetivando dar conta das reflexões propostas, o texto foi estruturado em quatro seções articuladas entre si, integrando esta introdução. Na segunda seção são apresentadas as contribuições da administração política para uma reinterpretação crítica dos graves problemas que a economia global e as nacionais vêm atravessando, desde 1970, em razão dos padrões conservadores de gestão adotados pelas economias capitalistas líderes e em desenvolvimento. Na terceira seção é apresentada uma análise preliminar sobre os impactos da agenda neoliberal nas décadas subsequentes (anos 1980, 1990 e primeiras duas décadas do século XXI), até alcançar o contexto da Pandemia da Covid-19, em 2020. Nas considerações finais são apontadas algumas conclusões preliminares, assim como as principais limitações do estudo e indicados pontos relevantes para uma agenda de novas pesquisas sobre o tema.

2 CONTRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA PARA A INTERPRETAÇÃO DA CRISE DE GESTÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A crise de gestão da economia global e das economias nacionais nos anos de 1970 irá indicar, segundo Hobsbawm (1995), os limites da chamada ‘Era de Ouro do Capitalismo’. A crise monetária internacional que tem início naquele momento, agravada pelos choques do petróleo (de 1973 e 1979), seguida por um processo grave de estagflação, vai impor a adoção de mudanças significativas do padrão de administração política do capitalismo. Como ressaltado por Santos (2004, 2010) e Santos, Gomes, Santos T. e outros (2016), dentre as diversas transformações que vão modificar as bases dos padrões de gestão das relações sociais de produção do capitalismo naquele contexto podem ser destacadas as seguintes: a) alteração do regime de acumulação (com ênfase na aceleração de ações que iriam potencializar processos de centralização e concentração da riqueza e renda); b) mudanças na concepção do papel e funções do Estado e dos agentes econômicos (mercado); e c) aceleração das medidas de desregulamentação da economia.

Ganham proeminência no esforço de compreender e explicar a crise os economistas políticos vinculados à Escola Francesa de Regulação⁴. Esses teóricos identificam o fordismo-keynesianismo como modelo de gestão responsável pelo crescimento econômico do pós-guerra, e articulam as questões do processo de acumulação com as leis da concorrência como núcleo central da ‘teoria da regulação’, estabelecendo uma correlação estreita entre ‘acumulação’ e ‘regulação’ (AGLIETTA, 1991 [1976]; LIPIETZ 1988; BOYER, 1990).

Conforme destacado por Lipietz (1988, p. 49), para que um regime de acumulação de capital se realize e se reproduza em caráter permanente “[...] é necessário que algumas forças institucionais, procedimentos, hábitos, que agem como forças coercitivas ou incentivadores levem os agentes privados a se conformarem com tais esquemas.” A este conjunto de forças o autor denomina ‘modo de regulação’ ressaltando que cada regime de acumulação requer um determinado modo de regulação. Nos anos 1970, sustentam os regulacionistas, essas forças colapsaram e desencadearam no sistema uma crise de caráter estrutural.

Apesar dos teóricos da Escola de Regulação não apontarem qual modelo iria suceder o fordismo-keynesianismo e se surgiria um regime de acumulação com um apropriado modo de regulação, para Aglietta

⁴ A importância de cotejar os aspectos vinculados à gestão das relações sociais nos trabalhos dos economistas políticos, segundo Santos (2004), ocorre porque essas reflexões têm sido pouco desenvolvidas pelos estudiosos do campo da administração, bases inspiradoras dos trabalhos originários do campo da administração política.

(1991 [1976]) o capitalismo só poderia sair da conjuntura crítica dos anos 1970 se fosse capaz de engendrar uma nova coalizão com base nos fundamentos do neofordismo. O desenvolvimento desse novo pacto, para o autor, iria modificar as estruturas do fordismo clássico e a magnitude dessas transformações geraria, conseqüentemente, alterações nas condições de existência do trabalho assalariado e na coerência do regime de acumulação, provocando um novo modo/arranjo que orientaria a intervenção do Estado nas relações sociais de produção e distribuição.

Sobre o papel do Estado nesse novo arranjo pós-crise, o autor propõe pensar um novo processo de intervenção na economia com ênfase nas funções que caberiam ao poder público como agente regulador. Ao admitir esse encargo para a ação governamental, defendendo tratar-se de um elemento importante para a superação da crise, desvela-se uma convergência com as teses defendidas pela administração política ao tomar como referência as análises comuns acerca do reconhecimento do papel do Estado na nova reconfiguração e reorganização das estruturas do sistema econômico em direção à reconstituição de outro modo de gestão societal.

A despeito do reconhecimento das contribuições dos regulacionistas para o entendimento sobre a gestão da crise do capitalismo pós-anos 1970, cabe destacar que os diagnósticos defendidos por essa escola econômica contêm alguns equívocos. Segundo Santos (2004), as limitações dessa (re)interpretação estão no fato de não considerarem que o conteúdo e a forma dos padrões de administração política colocados em prática, a partir dos anos de 1970/80, foram radicalmente redefinidos. Uma das principais mudanças advindas desse novo modo de administração pós-crise é caracterizada pela perda da centralidade do papel do Estado na gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição – a despeito de ter se consolidado como principal instituição defensora dos interesses do capital, particularmente a partir dos anos de 1930. Outra transformação relevante não observada nas análises dos regulacionistas, assinalada Santos (2004), foi o retorno da preocupação com as ações de curto prazo, afastando as perspectivas de longo prazo como ações estratégicas fundamentais para guiar a gestão do capitalismo. Tais mudanças irão se refletir negativamente nos novos padrões de gestão capitalista trazendo implicações graves e comprometedoras de uma desejada estabilidade econômica com crescimento.

Como nos lembra Arrighi (1996), desde a década de 1970, observam-se mudanças no modo como funciona o capitalismo, tanto em âmbito local como global, sendo a natureza dessas mudanças objeto de controvérsias. Nesse contexto, como afirma Lipietz, os princípios do neoliberalismo “[...] impuseram-se novamente pela força do vazio” (LIPIETZ, 1988, p. 178), e ganham densidade e legitimidade, tornando-se hegemônicos a partir dos anos de 1980. Reconhecido como líder desse movimento intelectual e ideológico, Milton Friedman irá apoiar-se nos recursos teórico-metodológicos próprios do liberalismo e dará seguimento ao diagnóstico ortodoxo que sustenta ser o Estado o ente responsável por todos os descaminhos que a economia trilhou, desde o início dos anos de 1930. Segundo esse pensador, o prognóstico natural seria a redução da intervenção econômica do Estado. (FRIEDMAN, 1988 [1962])

Ao interpretar o pensamento e as propostas defendidas por Friedman, Krugman (1997, p.54) afirma que aquele autor vai justificar que “[...] o governo deve abandonar inteiramente a **gestão da economia**” (grifos nossos), contrariando, assim, os defensores do ativismo estatal. Defende que a gestão da economia deveria ser rápida e progressivamente transferida das mãos do poder público para a condução dos agentes econômicos – mercado. Esse movimento neoliberal foi reforçado pela consolidação da teoria das ‘expectativas racionais’,

liderada por Robert Lucas (1973)⁵, que reinseriu questões técnicas na nova teoria econômica pós-anos 1970, passando a aplicar modelos elaborados pelas escolas neoclássicas mais tradicionais, onde a condução dos aspectos macroeconômicos começaria, então, a ser orientada pelos aspectos microeconômicos – base do pensamento das principais escolas neoclássicas.

A partir da aceitação plena do ideário neoliberal, surge uma nova corrente denominada de *supply-side economics*⁶, vinculada à perspectiva mais conservadora desse movimento que ganha a disputa teórica e política, a partir dos anos de 1980, apoiado pelo governo de Ronald Reagan nos EUA. O movimento ideológico e político, liderado nos anos de 1970 pela Alemanha e Inglaterra, se estenderam para os EUA na década de 1980, consolidando o que Fiori (1997, p. 7) vai chamar de a “[...] virada político-ideológica conservadora” que mais tarde se expandirá para a economia-mundo⁷.

Como destacado por Harvey (2005), os acontecimentos ocorridos a partir da década de 1970, contribuíram para arrancar das sombras da obscuridade o ‘neoliberalismo’. Segundo esse autor, o que alguns políticos e gestores públicos fizeram, a partir dos anos de 1980, foi transformar essa doutrina não apenas na diretriz central do pensamento neoliberal, mas tomá-la como a maneira pela qual a economia seria administrada, conformando o que esse texto denomina de bases de um novo padrão de administração política do capitalismo contemporâneo.

Entretanto, reinterpretar esse momento sócio-histórico recente exige compreender que esse processo vai se caracterizar por movimentos marcados por avanços e recuos manifestando-se em muitos espaços, conforme destacado por Santos, Gomes, Santos T. e outros (2016), como experimentos empíricos caóticos – especialmente nos países em desenvolvimento que vão convergir em bloco como essa nova ortodoxia, a partir das imposições do chamado Consenso de Washington. Przeworski e Wallerstein (1988, p. 29) contribuem para essa análise crítica ao ressaltarem que a novidade desse período se encontra no papel dominante desempenhado por teorias aparentemente técnicas, a exemplo do ‘monetarismo’, ‘*la nouvelle économie*’ e as ‘expectativas racionais’. Afirmam que essas abordagens trazem uma leitura ainda mais radical do pensamento liberal e passam a defender que “[...] todos estarão em melhor situação se o Estado se retirar da economia e os capitalistas puderem acumular sem levar em conta considerações distributivas”.

Essas análises permitem concluir que todo esse processo foi subordinado a uma racionalidade política e social articulada ao processo de globalização e ao novo e revolucionário padrão produtivo, materializado na dinâmica de financeirização do capitalismo, sendo a etapa de um novo e complexo padrão, conforme analisa Arrighi (1996), e que foi denominado por Chesnais (1996) de ‘mundialização do capital’. Ressaltam esses autores que vários fatores irão conduzir o sistema econômico e administrativo a estabelecer um novo modelo de relações econômicas internacionais e nacionais, formando, desse modo, um original modo de reorganização econômica, política, cultural e administrativa que passou a condicionar e a guiar a vida social na contemporaneidade.

A liberalização e a desregulamentação dos mercados de capitais, como medidas prioritárias impostas pela agenda neoliberal, passam a determinar e (re)direcionar as ações dos Estados e da sociedade, revelando, progressivamente, interesses em espaços específicos onde o capital poderia se multiplicar de forma mais

⁵ Lucas (1973) apoiou suas ideias no conceito de expectativas racionais desenvolvidos por Richard Muth, no início da década de 1960.

⁶ Corrente que realizou uma releitura da Lei de Say e é defensora das expectativas racionais.

⁷ Autores como Immanuel Wallerstein (1974), Braudel (2009 [1979]) e Arrighi (1996) trabalharam sistematicamente com a noção de sistema mundo.

acelerada. Nesse sentido, pode-se observar, como destacado por Chesnais (1996), que o capital não tem interesse por todo os espaços do planeta, mas apenas em algumas partes específicas.

Assim, as finanças privadas mundiais ganham vulto e o sistema financeiro se autonomiza, progressivamente, em relação aos padrões anteriores de produção que eram baseados nas trocas comerciais. O processo de ‘globalização’ passou a ser conduzido, então, pelos interesses econômicos ditados pelas finanças corporativas e públicas, impossibilitando a maioria dos países, especialmente os que se encontravam em desenvolvimento, a tomar medidas de proteção nacional contra os interesses do novo padrão de acumulação e reprodução do capital. Essa transformação, caracterizada pela ausência de controles ou regras mais rígidas de regulação, deu a essa nova materialidade acumulativa do capitalismo um nível de fluidez que acabou por gerar enormes riscos à sustentabilidade do próprio sistema. O que possibilitou a formação de ‘bolhas especulativas’ que provocaram diversas crises entre os anos de 1990 e 2008.

Destacam Dardot e Laval (2016) que esse processo de transformação passa a requerer um aparato político no qual a presença ativa do Estado se torna fundamental para assegurar a implantação de uma nova lógica normativa que incorpore e reoriente as políticas governamentais duradouras. Medidas dirigidas para influenciar a emergência de novos comportamentos individuais, coletivos e institucionais capazes de assegurar a sustentabilidade desse novo sistema de financeirização da economia.

É importante ressaltar que, na contramão desse movimento expansionista do Estado, com vistas a garantir novos espaços de realização do capital financeiro, incluindo a descentralização do patrimônio público, registra-se uma forte retração do papel do poder público nas políticas sociais (ANDERSON, 1995; SANTOS, GOMES, SANTOS T. et al., 2016). No que se refere ao suporte político e institucional-legal, o Estado está tão ou mais ativo em comparação ao papel estratégico assumido entre as décadas de 1930 e 1970. Nesse sentido cabe ressaltar que, embora a finalidade seja a mesma – apoiar o processo de acumulação e reprodução do capital –, a forma de atuação do poder público é alterada. Anteriormente foram abertos novos espaços para a reprodução do capital, como ocorreu na ampliação do fornecimento das políticas sociais, as quais demandaram do capitalismo novas tecnologias, novos serviços na construção civil, na produção de bens, dentre outros. A partir dos anos 1970, o Estado irá ceder esses espaços para o capital, além de possibilitar a sua realização via orçamento público. Assim, seu propósito passa a ser contra os interesses da coletividade e a favor, deliberadamente, do capital. (SANTOS, GOMES, SANTOS T. et al., 2016; RIBEIRO, 2018).

Ao assumir a face burocrática do neoliberalismo, cabe ao Estado, segundo Mudge (2008), realizar as diversas e importantes reformas para estabelecer uma política estatal no sentido de garantir os processos de liberalização, desregulamentação, privatização, despolitização e monetarismo. Tais políticas têm como objetivos principais: promover, por um lado, a competição irrestrita do capital retirando do Estado a propriedade das empresas estatais – porque impedem o sistema de realizar com sucesso o ganho econômico desejado; e introduzir, por outro lado, a livre concorrência – essência central da economia de mercado – em espaços institucionais antes protegidos pelo Estado – a exemplo das políticas de educação, saúde pública, segurança pública, entre outras. Caberia ao Estado, nesse novo padrão de administração política do capitalismo financeirizado, o papel de guardião das regras jurídicas, fiscais, monetárias e comportamentais. O que implica que o poder público passa a assumir a responsabilidade de garantir as novas regras da concorrência, criar novas oportunidades de mercado e formar indivíduos adaptados às originais lógicas de mercado.

No entanto, todas as mudanças realizadas, desde a década de 1970, que objetivavam solucionar a crise fordista não tardaram a dar sinais de que os problemas sociais, econômicos e administrativos não haviam sido resolvidos e a crise persistia e se aprofundava (ARRIGHI, 1996; FIORI, 2005). Como ressalta Fiori (2005), as instabilidades foram de diversas ordens e ocorreram em diferentes espaços. O colapso mais recente teve início entre os anos de 2007/2008, cujos efeitos se prolongam até os dias atuais.

A crise que se inaugura no século XXI tem efeitos mais graves por refletir a instabilidade desse novo sistema econômico financeirizado, em âmbito global. A partir desse contexto de convulsões sucessivas, a agenda neoliberal passa a ser questionada pelas mazelas decorrentes das políticas implantadas sob esses novos princípios liberalizantes, passando a ser interpelada por diversos atores sociais, organismos multilaterais e por agentes econômicos⁸. Para Peck, Theodore e Brenner (2012, p. 67), a instabilidade de 2007/2008 revelou a percepção equivocada e míope por parte dos ‘gestores’ desse novo e complexo padrão de capitalismo financeirizado, ao defenderem que deveriam assumir um papel mais estratégico, com vistas a reduzir os riscos de produzir instabilidade. Argumentam que não há “[...] qualquer tipo de imaginário ou narrativa a respeito de um ponto de chegada, além da apologia ao restabelecimento do crescimento a qualquer custo.” Nesse sentido, vão ressaltar que faltou ao atual padrão de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição uma solução de longo prazo comprometida com a reversão do quadro de crise sistêmica instalada nas últimas décadas.

Corroboram com essa análise Bliskstad e Oliveira (2016), Costa (2016) e Oliveira e Wolf (2017), ao destacarem que a falta de percepção de como ‘administrar’ a instabilidade que se estabelece, a partir de 2007/2008, tem provocado a emergência de novas crises, sem serem apresentadas medidas efetivas para minimizar essa tendência de convulsões. Esta análise também serve para analisar os desafios impostos pelas crises trazidas pela Pandemia, conforme será discutido mais adiante.

Sobre esse aspecto Santos, Gomes e Santos T. e outros (2016) destacam que as instabilidades atuais não são reflexos de uma nova crise mas reverberam impactos de anormalidades anteriores que se acumularam desde os anos de 1970/80. Observam que os padrões de gestão do capitalismo pós-anos de 1970 foi muito ruim o que acabou contribuindo para explicitar as fragilidades da condução do sistema socioeconômico, desde aquele momento. A partir dessa perspectiva analítica, os autores vão ressaltar que os padrões atuais de administração política continuam sem alterações significativas no sentido de produzir transformações na condução da economia, favorecendo, o aprofundamento dos problemas sistêmicos.

Em síntese, a crise inaugurada em 1970 mantém-se como ‘pano de fundo’ para explicar as crises sucessivas dos padrões de gestão do capitalismo contemporâneo, assim como, serve como guia orientador do entendimento sobre o agravamento dessa situação com a emergência provocada pela Pandemia da Covid-19, desde março de 2020.

3 LIMITES E DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO PARA O ENFRENTAMENTO DAS CRISES PROVOCADAS PELA PANDEMIA

Como visto na seção anterior, as mudanças produzidas pela agenda neoliberal inaugurada nos anos 1970 e que tem impactos, diretos e indiretos, até os dias atuais implicaram em alterações profundas na economia e nos

⁸ Merece destaque as análises realizadas pelo Ostry, Loungani e Furceri (2016) que evidenciam como as disfunções do sistema têm chegado a um estágio em que a impossibilidade de ocultação ou dissimulação impele organismos como o FMI, historicamente disciplinador do sistema, a reconhecer as contradições e mazelas provocadas pelo sistema.

padrões de administração política e administração pública. Todo esse processo resultou na concepção e implantação de transformações decisivas nas ‘regras do jogo’ inter e intraclasses que passaram a sustentar os atuais padrões de gestão da economia, materializado na radical e inconsequente redução do papel e funções do Estado e na ampliação do papel assumido pelo mercado. Esse movimento implicou em uma inversão substancial e grave que tem garantido o predomínio progressivo dos interesses privados em detrimento dos interesses coletivos.

Dentre as mudanças mais drásticas destacam-se as transformações institucionais, organizacionais e administrativas impostas ao Estado, conforme já destacado. A redução das competências do poder público se materializou tanto na dimensão política como na dimensão técnica. No que diz respeito aos aspectos políticos, observa-se que a redução do papel do Estado inviabilizou a preservação do papel estratégico e histórico desse ente na concepção e condução de um dado ‘Projeto de Nação’ comprometido em garantir tanto os interesses coletivos como também os privados. O que implica reconhecer que a administração pública perdeu o poder de liderar estrategicamente a gestão do sistema socioeconômico e reduziu a capacidade técnica de implantar e avaliar políticas públicas. Portanto, a perda de poder do Estado como ente regulador das relações sociais de produção, circulação e distribuição tem trazido graves implicações tanto para garantir a estabilidade necessária à reprodução e ampliação do sistema socioeconômico, como preservar os interesses coletivos essencial para a preservação do bem-estar social.

Nesse sentido, ao tomar como referência empírica para esse estudo os impactos provocados pela Covid-19, torna-se fundamental identificar quais os impasses provocados pela incapacidade do Estado de assumir a liderança das ações necessárias para a superação dos graves e complexos problemas sociais. Esse esforço interpretativo exige também reconhecer a incapacidade política e técnica de o mercado assumir esse papel e encaminhar soluções dirigidas para a superação dos graves problemas socioeconômicos que vem se acumulando, desde os anos de 1980, e que se agravaram a partir de 2008 e da chegada da Pandemia. Nesse cenário, torna-se essencial identificar as reais e potenciais possibilidades de recuperação da capacidade do Estado para que possa assumir o papel de liderança do movimento de recuperação social e econômica no atual contexto de crise. Para tanto, é necessário compreender a relevância do processo de recuperação das interconexões essenciais entre sociedade-Estado-mercado para que se possam vislumbrar alternativas factíveis e sustentáveis que possibilitem superar os velhos e atuais dilemas sociais, econômicos e éticos.

Um aspecto importante a ser considerado nesse cenário é reconhecer o fato de que o capitalismo contemporâneo, dada a sua capacidade técnica de produção e acumulação de riqueza e renda individual, poderia pensar, moralmente, em assentar bases sociais mais humanizadas (SANTOS, 2010; PIKETY, 2014; DARDO; LAVAL, 2016; DOWBOR, 2017). Conforme ressaltado por Santos (2010), os níveis de assimetrias intra e interações produzidas pelo atual padrão de administração política do capitalismo contemporâneo, amparado em níveis insustentáveis e indignos de concentração e centralização da riqueza, tem se revelado uma ameaça para a própria reprodução do sistema. Contraditoriamente, as ameaças invisíveis provocadas pela Pandemia do Covid-19 deixaram essa realidade ainda mais visível, pois o índice de propagação da doença e seus efeitos colaterais têm sido potencializados em países em desenvolvimento e pobres, marcados por desigualdades sociais históricas, como é o caso do Brasil, da Índia, do México, entre outros⁹.

⁹ Algumas pesquisas têm revelado que o impacto da crise sanitária (ALMEIDA, 2020; MARQUES, E. S.; MORAES, C. L. de; HASSELMANN, M. H. et al., 2020; OLIVEIRA, ABRANCHES e LANA, 2020; RUBIM, 2020; dentre outras) tem tido efeitos mais

Outra demonstração da correlação estreita entre os impactos da crise sanitária e as ameaças dos interesses socioeconômicos, é a forte ideologização assumida nos discursos feitos tanto por partidos de extrema direita quanto de centro esquerda que tem reforçado narrativas negacionistas da realidade, mas não se afastam da defesa dos interesses do mercado. Esse comportamento provoca novos questionamentos sobre os problemas atuais agravados pela Covid-19, conforme destacado na seguinte questão: como essas nações poderão superar os impactos econômicos graves produzidos pela Pandemia sem revolverem as questões estruturais assentadas na profunda e injusta pobreza e miserabilidade que tem marcado suas relações sociais? Como enfrentar os riscos trazidos pela Pandemia sem um Estado forte capaz de exercer uma liderança proativa e fundamental para pensar e implantar soluções sustentáveis?

Seguramente não há condições científicas para se realizar análises consistentes sobre os fenômenos sociais atuais em razão de tratar-se de problemas sociais que estão ainda em curso, e não permitir um distanciamento temporal-espacial necessário para viabilizar uma discussão acadêmica amparada em bases teórico-metodológicas aceitáveis. Por essa razão, este artigo buscou amparo nos estudos da administração política com vistas a trazer novas perspectivas teórico-analíticas pautadas nas transformações dos padrões de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição do capitalismo contemporâneo. Essa escolha permite traçar elementos que podem ajudar a explicar as incapacidades de respostas esperadas pelo Estado e pelo mercado para o enfrentamento eficaz, eficiente e efetivo dos desafios impostos pela Pandemia.

Merece ser destacado que essa não é a primeira epidemia ou pandemia que acometeu as sociedades contemporâneas. No entanto, Harvey (2020, p. 17) nos lembra que “Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa tinham deixado o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública”. Essa análise permite afirmar que a administração do sistema passou a realizar um ‘desinvestimento’ em políticas voltadas para a coletividade, além de transformar as políticas sociais em programa de destruição de renda e riqueza distorcendo a natureza de tais políticas, como alertado por Santos, Santos T., Silva e outros (2020).

Acrescenta-se a esse cenário o fato dos governantes e profissionais priorizarem o curto ou o curtíssimo prazo, em detrimento de privilegiar uma temporalidade que, segundo Santos (2004), deve refletir o tempo necessário para solucionar os problemas sociais. Ao priorizar o atendimento das metas, associadas ao cumprimento do princípio da eficiência, a administração pública perde a capacidade de garantir o alcance da finalidade última das políticas sociais que é alcançar o bem-estar da sociedade. Ao fazer essa escolha racional, a administração política do capitalismo contemporâneo, de modo geral, e brasileiro, em particular, perde a capacidade de conceber e estruturar políticas públicas de longo prazo, único caminho capaz de promover transformações sociais e econômicas substanciais e sustentáveis.

Ao focar nas políticas de atenção à saúde coletiva, constata-se que a partir dos anos de 1980 os investimentos em políticas sociais dedicadas a ações de prevenção da saúde foram reduzidas. Essa diminuição reflete o desmonte das ‘políticas de bem-estar social’ implantadas nos países europeus, entre os anos de 1940 a 1970, e no Brasil, entre os anos de 1967 a 1979, fruto da reestruturação produtiva do Estado voltada para o desenvolvimento. Diante da atual crise pandêmica, os rebatimentos sobre a saúde pública tornaram-se mais explícitos, conforme alerta Bihl (2020, p.25)

perversos e dramáticos nas populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente em países marcados, historicamente, pelas desigualdades, como é o caso do Brasil e da maioria dos países latino-americanos.

Tanto a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações provam [...] que a saúde é, antes de mais nada, um bem público: que o estado saudável ou mórbido do corpo de cada pessoa depende em primeiro lugar do estado saudável ou mórbido do corpo social, do qual o primeiro é dependente ou um simples apêndice, e da capacidade ou não do referido corpo social se defender, por si ou através das suas instituições políticas, contra fatores patogênicos, em particular desenvolvendo um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde pública que proporcione ao segundo os meios necessários e suficientes (humanos, materiais, financeiros).

Nesse sentido, a atual crise sanitária revela consequências, diretas e indiretas, do modo como o capitalismo tem sido administrado. Observa-se que na maioria dos países (desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos), a fragilidade do sistema de saúde foi explicitada pela sobrecarga dos leitos de hospitais. Nos países onde o neoliberalismo teve maior adesão a curva de contaminação do Covid-19 mostrou-se mais acentuada. Como afirma Davis (2020, p. 7), os EUA têm exposta “[...] a chocante escassez de leitos hospitalares após anos de cortes na capacidade de internação, com fins lucrativos”, resultante dos padrões de gestão implantados na era Reagan, nos anos de 1980. Ainda segundo o autor, a Associação Hospitalar Americana revela que o número de leitos hospitalares, no período de 1981 a 1999, foi reduzido em 39%, como estratégia para aumentar os lucros através da elevação do número de leitos ocupados.

Nessa perspectiva, o autor referenciado destaca que a medicina de emergência no setor privado naquele país continua a privilegiar o imperativo do ‘valor da ação’, da elevação dos dividendos e dos lucros, com preocupações apenas de garantir o retorno no curto prazo, em convergência com os princípios neoliberais. Enquanto o setor público segue sendo orientado fortemente pelas regras de austeridade fiscal evidenciado pela drástica redução dos orçamentos destinados ao setor. Essa realidade é reafirmada pelos países neoliberais mundo afora. Na França, por exemplo, como ressalta Bihl (2020), os funcionários dos hospitais públicos já vinham alertando, antes da atual pandemia, para o estrangulamento financeiro de tais instituições que traziam, como consequência, dificuldades para os profissionais de saúde cumprirem adequadamente a função social precípua do Estado de acolher e cuidar dos pacientes.

Essas mesmas análises podem ser replicadas para outros países, como o Brasil, onde a saúde pública tem sido duramente afetada, particularmente a partir dos anos de 2016, após a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016 que resultou na paralização e/ou redução das ações pública na área de saúde e em outras ações finalistas, a exemplo da educação, segurança, cultura, entre outras. Sobre o caso brasileiro merece destacar, ainda, que a emergência das demandas advindas da pandemia tem estimulado o debate sobre a viabilidade da manutenção do teto dos gastos. Assistir a essa discussão confirma os argumentos básicos levantadas neste artigo para a realidade nacional de que o engessamento da capacidade de financiamento do Estado é um impeditivo para a rapidez e efetividade das respostas que a atual crise sanitária demanda do governo.

Em contraposição às estratégias de redução do financiamento das políticas públicas, especialmente as sociais, o suporte financeiro à indústria farmacêutica e desenvolvimento de tecnologias de alta complexidade mantêm-se como prioridades absolutas, em detrimento do atendimento das políticas preventivas básicas. Conforme denunciam Davis (2020) e Harvey (2020), ações preventivas não se constituem em interesse das indústrias farmacêuticas por não resultarem na valorização das suas ações na bolsa. No entanto, essas

organizações manifestam interesse no desenho da cura, uma vez que quanto maior o número de doentes, maior o lucro do setor. Ainda segundo Harvey (2020), a prevenção nem sequer se constituiu em uma área que justifique a celebração de parcerias público-privadas. Ao refletir as considerações feitas pelo autor sobre essa questão, fica mais claro o entendimento da gravidade da preservação do atual padrão de administração política do capitalismo contemporâneo, centrado, essencialmente, na preservação dos interesses privados: “[...] se eu fosse antropomórfico e metafórico sobre isso, concluiria que a Covid-19 é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus-tratos grosseiros e abusivos da natureza sob a tutela de um extrativismo neoliberal violento e desregulado.” (HARVEY, 2020, p. 18)

Essa análise crítica sobre os desafios que muitas nações estão atravessando é também evidenciada pelas diversas posições de muitos governos que reagiram de forma improvisada aos primeiros sinais claros da pandemia. É interessante notar que essa incapacidade de responder a nova ameaça invisível, em âmbito global e nacional, se revelou precária tanto em nações que têm bons sistemas públicos de saúde – como são os casos da Inglaterra, da Espanha, da Itália, da França e, em alguma medida, do Brasil (que tem o Sistema Único de Saúde-SUS considerado um sistema robusto) –, como também em países que carecem de uma política pública nessa direção, como é o caso dos Estados Unidos (no ano de 2020 o então presidente Donald Trump tentou destruir o chamado ‘Obama Care’, criado pelo presidente Barack Obama como esforço para integrar ao sistema de saúde daquele país parcela expressiva da população sem renda)¹⁰.

Essa análise possibilita concluir que a pandemia evidencia tanto questões estruturais, ainda não resolvidas, resultantes do padrão de gestão do capitalismo posto em prática a partir dos anos de 1970, como também revela novos, complexos e imponderáveis problemas conjunturais advindos da crise sanitária. Mas, como a racionalidade que regula a relação tempo-espaço não permite rever os fatos e ações administrativas passadas, é essencial dedicar esforços que possibilitem estabelecer novas concertações sociais para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia.

Sobre essa questão Santos, Gomes, Santos T. e outros (2016, p. 1027) contribuem para aprofundar a reflexão sobre o fato de que a atual convulsão sanitária apresenta pontos em comum com os problemas causados pelas inúmeras crises que afetaram a gestão do capitalismo, desde os anos 1970. Nesse sentido, apontam os autores como principal prova para a defesa desse argumento, os riscos advindos do processo drástico de redução do papel do Estado, assim como medidas complementares que resultaram no processo de ‘despatrimonialização social’¹¹ que vem sendo realizado, sistemática e progressivamente, através da transferência do patrimônio público para as mãos do mercado.

Apesar de todo esse movimento antiestatal, o Estado tem sido chamado para resolver as crises sistêmicas, nos últimos 40 anos, assim como, no atual contexto de crise da Pandemia. Esse movimento se repete mediante ações públicas de estímulo ao consumo coletivo, revelando, mais uma vez, o protagonismo assumido pelo mercado. Com uma política monetária flexível, assiste-se ao retorno do Estado ‘assistencialista’, com elevação dos gastos para ajudar pessoas desempregadas, para apoiar trabalhadores autônomos, liberar crédito direto no socorro às empresas, disponibilizar recursos públicos para levantar hospitais de campanha, para aquisição de medicamentos/equipamentos hospitalares; enfim, para não deixar se degenerar o tecido

¹⁰ No governo do Presidente Donald Trump a mudança ideológica naquele país colocou novamente em debate a legitimidade de preservação de um sistema público de atenção à saúde.

¹¹ Segundo Santos, Gomes, Santos T. et al.(2016, p. 1027) ‘despatrimonialização social’ significa “[...] que a riqueza per capita em T_n (no futuro) é menor do que a riqueza per capita em T₀ (no presente)”.

socioeconômico e evitar uma catástrofe ainda maior. São trilhões¹² de recursos monetários sendo mobilizados pelos cofres públicos dos Estados de países do Norte e do Sul visando garantir um mínimo de dinamismo econômico. Esse movimento impõe questionar: porque esses recursos não foram mobilizados antes para evitar as proporções que o atraso em administrar melhor a crise da pandemia tem causado ou para ampliar os níveis de investimentos, notadamente em setores que produzem bens e serviços de consumo coletivo – criando possibilidades de retomar o crescimento e expandir o emprego?

Nesse mesmo sentido, destacam Santos, Santos T., Silva e outros (2020, p.11) que os equívocos na administração política do sistema capitalista persistem e são, mais uma vez, observáveis nas decisões para mitigar os problemas da pandemia. Primeiro, porque a disponibilidade desse volume de recursos tem sido orientada para evitar a queda nos níveis de atividade econômica olhando apenas o curto prazo. O que significa reafirmar que os resultados do processo ignoram os interesses de longo prazo da sociedade e do próprio sistema econômico. Segundo porque o problema está sendo resolvido pela ênfase no consumo dos trabalhadores e crédito direto às empresas para garantir salário (consumo), demonstrando um erro recorrente da gestão do neoliberalismo: substituir a produção pelo consumo. Nas palavras dos autores:

Esse foi um erro grosseiro da Administração Política, substituir a produção como elemento vital do motor do capitalismo, para centrar os esforços na expansão do consumo, dinamizando as forças econômicas dos segmentos financeiros e creditícios. Ao invés de revitalizar (em países desenvolvidos) e recuperar e ampliar (em países emergentes e em desenvolvimento) os serviços de educação, saúde, saneamento, infraestrutura e, especialmente, investir em ciência, desenvolvimento tecnológico e incentivar a inovação, fez-se a opção pelo consumo, transformando a assistência social em programas de distribuição de renda e riqueza. Não são e nem podem ser pela sua própria natureza. Isso levou ao aumento na concentração da riqueza e ampliou, ainda mais, as faixas da pobreza e da miséria, em termos relativos, em todo o mundo. (SANTOS, SANTOS T., SILVA et al., 2020, p. 11)

As constatações apresentadas acima permitem reconhecer o predomínio do pensamento liberal global que se espalhou e se instituiu para todos os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Essa visão estreita da condução das relações sociais de produção, sustentadas no ‘jogo competitivo dirigido pelo mercado’, não tardará em revelar-se como estratégia incompatível com os interesses da sociedade e contraproducente para a própria sustentabilidade da dinâmica econômica global e nacionais. No caso do Brasil, essa mudança de direção tem colocado em risco a consolidação e garantias trazidas pela Constituição de 1988, especialmente no que se refere aos avanços dos direitos humanos e sociais.

Considerando esse contexto adverso, especialmente para os interesses da sociedade e a responsabilidade do Estado, a atual crise sanitária impõe à academia, ao sistema político e à sociedade reflexões profundas que estimulem a apresentação de uma agenda propositiva que aponte novas possibilidades de produção da

¹² Barría (2020) destaca que o montante de gasto fiscal global estava, em maio de 2020, na ordem de US\$ 7,2 trilhões. Piketty (2020) também alerta para a proporção sem precedentes da criação de dinheiro em função da pandemia, destacando que o balanço do Federal Reserve saltou de 4,159 trilhões de dólares em 24 de fevereiro para 7,056 trilhões em 28 de setembro, no ano de 2020; já o balanço do Eurossistema passou de 4,692 trilhões de euros em 28 de fevereiro para 6,705 trilhões em 2 de outubro do ano de 2020.

materialidade individual e social. Os desafios principais para lograr êxito nesse esforço são encontrar soluções para a recuperação da capacidade plena do Estado para liderar esse processo que depende, essencialmente, da capacidade de mobilização dos atores sociais.

Por tratar-se de sociedades que adotaram, historicamente, o capitalismo como modo de produção, não é possível no atual contexto desconsiderar o peso que o mercado deve assumir nesse processo de reconstrução das bases sociais, priorizando relações mais humanizadas onde todos possam ter garantido condições dignas para sua sobrevivência material e simbólica. Somente através dessa articulação e engajamento político será possível restabelecer o que a administração política classifica de bases teóricas essenciais capazes de reorganizar as inter-relações entre a tríade sociedade-Estado-mercado como base fundamental para recuperar os elos sociais que foram sendo, progressivamente, rompidos, mas ainda não perdidos, nas últimas quatro décadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base as reflexões realizadas neste artigo, defende-se que os equívocos da gestão do capitalismo contemporâneo, inaugurados a partir dos anos de 1970, além de produzirem recorrentes crises, têm contribuído para agravar as convulsões provocadas pela pandemia da Covid-19. Essas conclusões estão fundamentadas nos fracos indicadores de desempenho da economia global e suas repercussões nos contextos nacionais que já vinham tendo problemas desde a crise de 2008. Ao ser acometido pela atual crise sanitária essas fragilidades ficam mais evidenciadas, especialmente quando se observa a incapacidade (tanto do mercado quanto do Estado) em responder de forma rápida e eficiente às novas e complexas demandas por políticas públicas coletivas.

A gravidade das condições materiais de sobrevivência das populações mais vulnerabilizadas, em consequência do processo agressivo e progressivo de exclusão social, fruto das transformações da gestão neoliberal do capitalismo pós anos 1970, se agravou nesse contexto de Pandemia. Como resolver os problemas estruturais com os gravames conjunturais trazidos pela Covid-19 tornou-se, portanto, o grande desafio das sociedades na atualidade. Nesse sentido, esse texto apresenta alguns questionamentos que sinalizam caminhos para novos estudos sobre o tema, estruturados em forma de provocações/questionamentos:

a) Quais as alternativas da agenda neoliberal para a superação da tendência de profunda recessão que a economia mundial e as econômicas nacionais deverão sofrer nos próximos anos, de modo a garantir a recuperação das perdas e impactos gerados pela Pandemia?

b) Como a economia global e as nacionais podem superar os efeitos da paralisia das atividades econômicas, considerando os limites impostos ao papel do Estado pela agenda neoliberal, especialmente tomando a necessidade de ampliação dos gastos públicos para fazer frente às crescentes demandas por atendimento da população?

c) Quais os impactos dessa crise para o papel das relações internacionais fundadas em uma agenda neoliberal concebida e consolidada ao longo das últimas cinco décadas e que consagrou uma institucionalidade global criada para amparar a atual dinâmica do ‘capitalismo mundo’, especialmente o capitalismo financeirizado?

d) Quais as tendências dessa convulsão na economia brasileira que amplificou uma crise que já vinha se desenhando desde 2014 e que tem sido agravada por uma agenda pública errática para a contenção dos danos provocados pela pandemia?

As reflexões apresentadas nesse trabalho não têm a pretensão de esgotar as inúmeras análises que esse momento cobra da academia, do poder público e de toda a sociedade, mas abre uma trilha promissora para que se reconheça que qualquer ‘Projeto de Nação’ exige clareza sobre os aspectos administrativos que essa tarefa impõe. Em outras palavras, demanda conhecer os meios e modos como esses propósitos poderão ser colocados em curso, para, assim, administrar os desejos coletivos e guiar os caminhos possíveis para alcançar essa finalidade primordial da humanidade de manter a população viva e com possibilidades concretas e subjetivas de perpetuar-se. Esse é, pois, o propósito dos estudos da administração política!

Artigo submetido para avaliação em 09/11/2020 e aceito para publicação em 02/09/2021

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **Regulacion y Crisis del Capitalismo**: la experiencia de los Estados Unidos. Siglo Veintiuno Editores. España, 1991 [1976].

ALMEIDA, M. W. As mudanças socioeconômicas diante da pandemia de 2020. In: CASTRO, D.; SENO, D. D.; POCHMANN, M. (Org.). **Capitalismo e a Covid-19**: um debate urgente. São Paulo: Abet, 2020. p. 157-163.

ANDERSON, P. **Balanco do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático, 1995. p. 9-23.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BARRÍA, C. **Coronarívus**: os 10 países que mais gastaram para enfrentar a pandemia de covid-19. Maio de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52721417>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BIHR, A. França: pela socialização do aparato de saúde. In: DAVIS, M., et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 25-30.

BLIKSTAD, N. M. D.; OLIVEIRA, G. C. A instabilidade financeira na Zona do Euro e a crise dos PIIGS (2008-2013): uma abordagem minskiana. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...**, Rio de Janeiro, ANPEC, 2016.

BOYER, R. (1990). **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVII. Tradução Telma Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009 [1979].

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, C. G. A moeda única europeia: entre a construção monetária e a desconstrução europeia. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental. IPEA**, n. 14, jun. 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M., et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, p. 5-12, 2020.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FIORI, J. L. Sobre o poder global. **Novos Estudos**, n. 73, p. 61–72, 2005.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1962].

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. (2020). **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, p. 13-24.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system**. New York, Academic Press, 1974.

KRUGMAN, P. **Vendendo prosperidade**: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCAS, R.E. Some International Evidence on Output-Inflation Tradeoffs. **American Economic Review**, v. 63, p. 326-334, 1973.

MARQUES, E. S.; MORAES, C. L. de; HASSELMANN, M. H. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 1-6, 2020.

MUDGE, S. L. What is noe-liberalism? **Socio-Economic Review**, v. 6, p. 703-731, 2008.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W. The euro and the recent European crisis vis-à-vis the gold standard and the great depression: institutionalities, specificities and interfaces. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 1, p. 147-166, 2017.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 1-6, 2020.

OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. **Neoliberalism: Oversold?** Finance & Development, jun. 2016.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Mal-Estar no Pós-Neoliberalismo. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. e Maria Cristina Vidal Borba. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, no. 92, p. 59-78, 2012.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. Que feire de la dette Covid-19? Chronique. **Le Monde**. 10 oct. 2020

PRZEWORSKI, A.; WALLERSTEIN, M. O capitalismo democrático na encruzilhada. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, p. 29-44, 1988.

RIBEIRO, M. M. **A Administração Política do Capitalismo Contemporâneo em um Contexto de Crise: uma análise das Finanças Públicas no Brasil**. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2018.

RUBIM, A. A. C. **Entre a pandemia e o pandemônio**. In. CASTRO, D.; SENO, D. D.; POCHMANN, M. (Org.): Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente. São Paulo: Abet, 2020. p. 85-90.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. In. SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). **Em busca da apreensão de um conceito para administração política**. São Paulo: Mandacaru, 2004. p. 19-57.

SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases Teórico-Methodológicas da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, v. 4, n. 43, p. 919-941, 2009.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G.; SANTOS, T. C. S. et al. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, 2016.

SANTOS, R. S.; SANTOS, T. C. S.; SILVA, E. de S. et al. **À Procura de Escutas Sensíveis e Mentes Lúcidas: um ensaio da Administração Política no contexto da pandemia de COVID-19**, 2020.